

Um acordo rápido com os credores

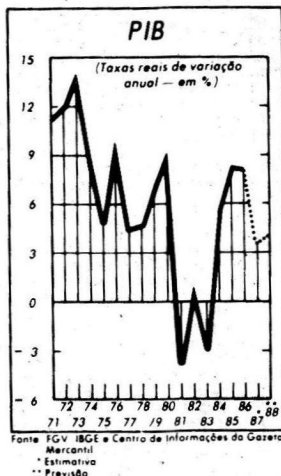
por Celso Pinto
de Brasília

Mailson Ferreira da Nóbrega assume hoje o Ministério da Fazenda convencido de que a dívida externa é o principal problema econômico do País, como disse, há alguns dias, a este jornal. Encaminhada uma solução para a dívida, ficará mais fácil equacionar os problemas internos.

A sua prioridade, acertada com o presidente José Sarney, é tentar montar um acordo com os credores o mais rápido possível. Para isso, está disposto a manter uma postura "profissional, pragmática e flexível".

Traduzida em termos práticos, essa postura deverá levar o Brasil a caminhos mais convencionais de acerto, passando por um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela negociação prévia das condições, sem interferências políticas.

O primeiro teste prático se dará a partir de amanhã, quando chegará a Brasília uma missão de economistas do subcomitê dos bancos credores. Eles



vêm ao Brasil discutir com os técnicos da Fazenda as simulações sobre o crescimento da economia brasileira neste ano e no próximo, uma variável-chave para determinar a necessidade de recursos externos. Os economistas chegam também plenamente convictos de que os bancos só aceitarão discutir um acordo que envolva apenas este ano.

Em dezembro, o então chefe das negociações bra-

sileiras, Fernão Bracher, havia levado ao comitê de bancos uma projeção sobre as necessidades de recursos externos para 1987, 1988 e 1989, período discutido no acordo. Na hipótese mais pessimista, o pedido de refinanciamento chegava a US\$ 11 bilhões. Previam-se crescimento de 6,2% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e superávit entre US\$ 9 bilhões e US\$ 10 bilhões.

Pelo que apurou este jornal, a Fazenda está disposta a fazer uma razoável revisão nesses números. A projeção de crescimento para 1988 deverá ser ajustada para 4% e, com isso, a necessidade de recursos externos deverá ser reduzida em quase US\$ 2 bilhões, enquanto o superávit deverá crescer, o que poderá facilitar bastante a discussão com os bancos.

De outro lado, uma fonte qualificada da área econômica disse a este jornal que é razoável, neste momento, imaginar a discussão com os bancos credores limitada ao ano de 1988. As indefinições nas discussões da

(Continua na página 3)